

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Quarto. Eu lembro bem que eu discuti com V. Exa. e dizia assim: "Os Executivos Municipais em relação a comércio, área de lazer...". Foi isso o que acordamos, mas não foi isso o que foi remetido no substitutivo de pois.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Então, Presidente. O texto que foi aprovado aqui era o texto aprovado...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não.

O SR. MÁRCIO PACHECO - O texto que eu estou lendo aqui era o texto que nós...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O que eu combinei com V. Exa. remetia ao Município a competência para legislar sobre o horário de comércio e áreas de lazer.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Eu leio aqui. Sim, Presidente. É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Excepcionávamos no parágrafo do artigo 4º a questão do Estado concorrente. Foi isso o que nós acordamos lá com a assessoria.

O SR. MÁRCIO PACHECO - É isso o que está escrito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não, não é isso não. Usaram de outra forma.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Presidente, eu não compreendi. Se nós, ontem...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Lia o artigo 4º.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Vou ler: (Lendo) "Caberá ao Poder Executivo Estadual e Municipal...". (Conclui a leitura)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não tinha nada do Estado no artigo. Não citava o Estado.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Citava o Estado na exceção do parágrafo, mas já foi, ficou o mesmo sentido, mas não foi o que nós combinamos no momento.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Nós combinamos que nós íamos colocar...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Caberia ao Município legislar sobre funcionamento de comércio e área de lazer, porque é assim que é na Constituição.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Excepcionaríamos a medida mais restritiva no parágrafo único: "caberá ao Estado também". Mas já passou, é o mesmo sentido do texto, mas não foi isso o que nós combinamos.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Sr. Presidente, desculpe-me. V.Exa. me permita. Eu apresentei o texto antes da aprovação, e nós fomos juntos o texto. Eu tinha feito até outro texto, remetente aos entes federativos, e V.Exa., com razão, corrigiu. Eu submeti ao grupo, fiz a leitura, dizendo o seguinte: "Caberá ao Poder Executivo estadual e municipal, dentro de suas respectivas competências, estabelecer as regras e proibições de funcionamento no período do feriado previsto nos artigos 1 e 2 desta lei".

Ou seja, se as competências municipais são para tratar disso que V.Exa. está dizendo, estão remetidos na lei. E aí, o parágrafo único tem: "Havendo conflito de normas estaduais e municipais, prevalecerá aquela em que haja imposição de medidas mais restritivas". Está exatamente dentro daquilo que foi submetido e de conformidade com o acordo feito, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não tem problema. Da próxima vez... Eu confiei, não li; até fotografei e remeti para o Luiz. O culpado não foi V.Exa.; o culpado fui eu, que não li o texto. O texto ficou com o mesmo sentido, mas não era esse. Mas não tem problema, já foi...

O SR. MÁRCIO PACHECO - Sr. Presidente, eu queria até pedir, se V.Exa. me autoriza, a foto do texto submetido...3.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Mas é o que eu estou dizendo. Quando V.Exa. me apresentou o Substitutivo, eu não li. O culpado não foi V.Exa.; fui eu, que não li. Mas o texto acordado não era o que foi aprovado, do artigo 4º. Mas não tem problema algum.

O SR. MÁRCIO PACHECO - É o mesmo texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não, não. Você incluiu Estado; não tinha Estado no artigo. No artigo, não; excepcionaríamos, no caso do conflito com o Estado, no parágrafo único.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Sim, Sr. Presidente. Mas "caberá ao Poder Executivo estadual, naquilo que for competência do Estado". Por exemplo, sobre Polícia. E o que for de competência do município, fica com o município, como permite o STF. Sr. Presidente, a lei é concorrente. Até mesmo o STF prevê competência concorrente federativa, estadual e municipal. Não há óbice em colocar aqui o que é de competência estadual ser estadual e o que é municipal ser municipal. Qual é o problema? Não há divergência.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Dizer que o Estado pode legislar na questão da Polícia, é dizer que nós aqui não servimos para nada aqui. Se botarmos isso no papel... Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, eu quero só ler o artigo 4º que V.Exa. fotografou e me mandou. (Lendo) "Artigo 4º: Caberá ao Poder Executivo estadual e municipal, dentro de suas respectivas competências, estabelecer as regras e proibições de funcionamento no período do feriado previsto nos artigos 1º e 2º desta lei". Isso é o que foi fotografado e me foi encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Só que, Luiz, nós excepcionaríamos no parágrafo; senão, não tinha necessidade do parágrafo. O artigo era: "Caberá ao Poder Executivo de cada município...", e aí eu disse "Caberá ao Poder Executivo municipal estabelecer as regras e proibições de funcionamento das atividades comerciais ou recreativas". Era esse o texto combinado na emenda 12, da Rejane. Como eu não li e remeti direto para o Luiz, o erro foi meu. Estou aqui reconhecendo um erro, mas o artigo era esse: "Caberá ao Poder Executivo municipal estabelecer regras e proibições de funcionamento de atividades comerciais ou recreativas no período do feriado". Esse era o texto. E aí, no parágrafo único, tinha a excepcionação, em relação à medida mais dura. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, eu prefiro o texto que o senhor acabou de falar, porque acho que essa competência é espe-

cificamente municipal, mas o que foi fotografado e o que eu recebi não dizia isso. Como não participei dessas conversas, eu me ative à leitura, a acompanhar o que fazia o Deputado Márcio Pacheco com o que eu recebi. Mas eu concordo que a redação inicial era melhor, mas não foi a que eu...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Não tem problema. No final, vai ser o que vale, que o município está mais restritivo. Mas não foi isso que nós combinamos. Da próxima vez, eu não vou fazer na confiança; eu vou ler. Sem problemas.

Então, está retirado o 3475. A Presidência chama os trabalhos à ordem.

Vamos votar o Substitutivo do 3906 com a emenda do Waldeck. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada. Vamos republicá-la e vamos remeter, porque isso garante a celeridade no procedimento de compras dos municípios e do Estado.

O SR. MÁRCIO CANELLA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra para questão de ordem, o Deputado Márcio Canella.

O SR. MÁRCIO CANELLA - Sr. Presidente, eu quero pedir a retirada de pauta do Projeto 3697/2021 para aperfeiçoá-lo e aumentar os debates.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - A Presidência defere o pedido do Deputado Márcio Canella. O Projeto 3697/2021 está retirado de pauta.

Anuncia-se a votação - em 1ª Discussão, em Tramitação Ordinária:

PROJETO DE LEI 37/2019, DE AUTORIA DO DEPUTADO ALEXANDRE KNOPLOCH, QUE DENOMINA COMO "ESTAÇÃO SAARA" A ESTAÇÃO DE METRÔ PRESIDENTE VARGAS, NO BAIRRO DO CENTRO, MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; E DE TRANSPORTES, FAVORÁVEL.

NOVOS PARECERES, ÀS EMENDAS DE PLÊNARIO, DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, FAVORÁVEL, COM SUBEMENDA, ÀS EMENDAS 01 E 03 E 02 E 04; E DE TRANSPORTES, FAVORÁVEL.

RELATORES: DEPUTADOS JORGÉ FELIPPE NETO, DIONÍSIO LINS, MÁRCIO PACHECO E ENFERMEIRA REJANE.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Em votação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça em relação às Emendas de plenário. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada.

Em votação o Projeto assim emendado. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada. Vai à Redação do Vencido para 2ª discussão.

A SRA. MARTHA ROCHA - Sr. Presidente, quero só fazer uma declaração de voto.

Vou me abster a este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k.

A SRA. MARTHA ROCHA (Para declaração de voto) - Respeito toda a atividade comercial que existe no Saara, mas acho que uma atividade comercial não pode ser mais importante do que a trajetória do Presidente Getúlio Vargas, que foi um dos responsáveis pelas conquistas dos direitos trabalhistas.

Acho que temos que ser cuidadosos nessas colocações. Sair mudando o nome de espaços que foram, nomes esses, adquiridos em razão da história de cada um.

Vou me abster, porque entendo que essa estação deveria continuar sendo Estação Presidente Vargas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Vamos votar o próximo Projeto, e quem quiser declarar, deixarei declarar.

Quem quiser votar contrário ou abstenção, pode falar, por favor, agora.

O SR. FELIPE PEIXOTO - Abstenção, Sr. Presidente. Deputado Felipe Peixoto.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Felipe Peixoto, abstenção. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim.

O SR. LUIZ PAULO - Estou me abstendo, porque tenho dúvidas sobre este tema e tenho dúvidas se não está havendo coincidência de estações, pois na Estação Uruguiana, há algum tempo, demos o nome de Fernando Mac Dowell em homenagem a quem fez o plano diretor do metrô, e o nome era Uruguiana. Quero me abster nesta questão só para aprofundar.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k. Deputado Rubens Bomtempo.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - Abstenho-me também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k.

O SR. CARLOS MINC - Abstenção.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Abstenção do Deputado Carlos Minc.

O Deputado Alexandre Knoploch vai declarar o voto ao final.

O SR. ELIOMAR COELHO - Deputado Eliomar Coelho, também me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k. Está aprovado, Deputado Alexandre Knoploch, V.Exa. vai declarar já o voto.

O SR. SAMUEL MALAFAIA - Abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputados Samuel Malafaia e Bebeto, abstenção.

O SR. FLÁVIO SERAFINI - Deputado Flávio Serafini.

O SR. BEBETO - Sr. Presidente, abstenção também.

A SRA. RENATA SOUZA - Abstenção, Deputada Renata Souza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputados Bebeto, Renata Souza, Waldeck Carneiro, Flávio Serafini se abstêm.

O SR. ELIOMAR COELHO - Deputado Eliomar Coelho também.

A SRA. ZEIDAN - Registrou Deputada Zeidan, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Eliomar Coelho já citei e Deputado Flávio Serafini também.

A SRA. DANI MONTEIRO - Deputada Dani Monteiro, Sr. Presidente.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, questão de ordem, rapidamente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para questão de ordem, tem a palavra o Deputado Alexandre Knoploch.

V.Exa. não vai discutir o Projeto nem vai declarar. O Projeto já foi aprovado.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Não, Sr. Presidente, só iria pedir a V.Exa., porque estou parado aqui na Niterói-Manilha, sabemos que é um lugar complicado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Quero pedir, caso eu não consiga declarar o voto, se o senhor pode me conceder na outra Sessão.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Fique à vontade, concedo pela ordem.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Obrigado.

Anuncia-se a 1ª Discussão, em Tramitação Ordinária:

PROJETO DE LEI 4568/2018, DE AUTORIA DO DEPUTADO ÁTILA NUNES, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA SAÚDE À SÍNDROME DA UNHA-PATELA, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, PELA CONSTITUCIONALIDADE; DE SAÚDE, FAVORÁVEL; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, FAVORÁVEL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE, FAVORÁVEL.

RELATORES: DEPUTADOS DR SERGINHO, MARTHA ROCHA, MÔNICA FRANCISCO E LUIZ PAULO.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)

Aprovada em 1ª, retorna em 2ª discussão.

Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, sendo muito breve, este Projeto foi um pedido dos comerciantes, de um modo geral, do Saara, porque tanto os turistas quanto os próprios moradores da Cidade do Rio de Janeiro muitas vezes não sabem como chegar ao Saara e qual estação de metrô utilizar. Foi uma forma de nós, primeiro, homenagearmos aquela região importantíssima e que já sofre com a Uruguiana, porque tem o camelódromo da Uruguiana e muitas se confundem, e, também, uma forma de informar aos turistas, como acontece em qualquer lugar do mundo. Você vai a Nova Iorque, você tem as estações, o local que é a região, mas também os pontos turísticos e os pontos comerciais que têm naquela região. Eu não vejo nenhum mal nisso. Este Projeto está tramitando já há quase dois anos, não está em Regime de Urgência. Foi um pedido da associação dos comerciantes do Saara. Inclusive, todos nós políticos, quando vamos fazer campanha, nós passamos ali e eles sempre concedem gentilmente a Rádio Saara para colocarmos as nossas convicções e também os nossos projetos políticos.

Então, só queria deixar isso claro e agradecer ao Plenário pela aprovação desta lei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Nada mais a tratar...

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Para declarar, Presidente.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE - Presidente, eu pedi para declarar também.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - V.Exa., Deputada Enfermeira Rejane, agora pede para declarar. V.Exa. não havia pedido para declarar, mas eu vou conceder. Eu vou conceder a palavra para declarar, eu vou conceder.

Tem a palavra o Deputado Alexandre Freitas, em seguida, a Deputada Enfermeira.

O SR. ALEXANDRE FREITAS (Para declaração de voto) - Presidente, obviamente que o Parlamento precisa endereçar coisas mais relevantes, especialmente nessa situação de crise, no entanto, eu parabeno o autor, porque tirar um ditador do nome de qualquer logradouro público, de qualquer bem público, é sempre uma vitória para a sociedade. Acho que não deveríamos homenagear ditadores e o Getúlio Vargas foi o maior ditador e um fascista tupiniquim, como todo mundo que conhece a história sabe muito bem a história desse sanguinário ditador que governou nosso País. Infelizmente, foi eleito pelo povo logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputada Enfermeira Rejane.

A SRA. ENFERMEIRA REJANE (Para declaração de voto) - Presidente, primeiro eu queria pedir um pouco mais de paciência, porque nós estamos online e eu não tenho necessidade de pedir a declaração de voto e dizer que não pedi. Não sou criança para isso.

Eu queria declarar o meu voto favorável a este Projeto. Eu acho que é um Projeto que escuta a voz da população. Eu nunca fiz campanha em Saara, não é todo mundo que faz. Mas quando vim candidata a vice à Prefeitura do Rio de Janeiro, eu fui ao Saara pela primeira vez. E escutei esse pleito também, que é um Projeto Deputado Alexandre Knoploch, e no meu entendimento é um Projeto que atende ao povo. Porque todo mundo conhece aquele espaço ali como espaço da Estação Presidente Vargas, que agora é a Estação do Saara. Então, além da questão histórica, porque não está mudando totalmente o nome da estação, está acrescentando Estação Saara, é a voz do povo. Nós precisamos entender que a voz do povo é que nos faz produzir o nosso trabalho aqui no Parlamento.

Então, parabéns ao Deputado Alexandre Knoploch. Sou totalmente favorável ao nome Saara para essa estação de metrô. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Antes de passar ao Deputado Luiz Paulo, quero responder à Deputada Enfermeira Rejane, porque tratava-se de votação. O único parlamentar que pediu para declarar o voto foi o Deputado Alexandre Knoploch, naquele instante. V.Exa. pode ter pedido com o som fechado. Mas eu procuro estar sempre atento. Inclusive, nesse momento não tinha ninguém ao meu lado. Eu procuro ser justo. Porque V.Exa. anda sempre reclamando. Agora mesmo na última Sessão, "Assim não dá", a senhora falou. E nós procuramos atender todos aqui da mesma forma, sem fazer distinção de ninguém. Mas aí eu que digo agora: assim não dá. Eu já mandei vir a gravação e vou mandar para a senhora a gravação, se a senhora pede para declarar voto. Deputado Luiz Paulo.